Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Relato de experiência

O olhar pedagógico sobre o cuidado ao corpo na educação da criança com deficiência

Joyce Fernanda Guilanda de Amorim

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
Professora da Educação Básica; Mestre e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. E-mail: anpcrechei@gmail.com

Resumo: Este trabalho trata sobre o olhar pedagógico do cuidado ao corpo e suas implicações a uma estudante com deficiência. Partiu de uma experiência, enquanto orientadora pedagógica, sobre as necessidades de orientar outros educadores a repensar a forma como enxergamos e refletimos o fazer pedagógico, quando se trata de estudantes com deficiência. Para ressignificar este olhar, a teoria histórico-cultural de Vigotski embasou a reflexão de modo a enxergar além da deficiência, por considerar o sujeito, enquanto um ser de possibilidades e potencialidades. Para tanto, alguns conceitos sobre a Base Nacional Comum Curricular também foram abordados, sem a intenção de aprofundá-los, mas para evidenciar que esta questão é tratada no interior da escola desde Educação Infantil e é continuada na Educação Fundamental (anos iniciais). Em guisa de conclusão, é necessário repensar as formas como os olhares voltados à aprendizagem da criança com deficiência é concebida, bem como a forma como os direcionamos, enquanto educadores.

Palavras-chave: Educação, Educação Especial, Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma inquietação sobre um relato de experiência enquanto orientadora pedagógica designada em uma escola fundamental de 1° ao 5° ano, por meio de processo seletivo interno, numa rede municipal de ensino no ano de 2021. Parte do trabalho como orientadora pedagógica iniciou a partir das reuniões com a professora da sala regular e com a pedagoga da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos com deficiência no contraturno do ensino regular. Nas reuniões, muitos assuntos foram abordados, de modo a compreender como a Educação Especial estava organizada na referida Unidade de Ensino (UE). Em um desses momentos, solicitei os relatórios pedagógicos e laudos dessas crianças para conhecer quem eram esses estudantes. Foram lidos 06 relatórios médicos e todos estes trouxeram inúmeras

problematizações, porém o que me chamou a atenção é resultado deste trabalho. A inquietação se deu ao fato de a responsável pela criança preferir a continuidade da educação da filha em uma instituição especializada, pois, segundo seu argumento, no ensino regular do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano), a escola não daria conta de "ensinar" os cuidados básicos de higiene, já que ela iria entrar na puberdade e, por questões biológicas do corpo feminino, iria menstruar. Dentre os medos da mãe, destaco a questão higiênica da pré-adolescente, pois neste período, precisaria de todo um cuidado para realizar sua higiene pessoal, como se limpar e trocar de absorvente no período em que estivesse na escola. É sabido que nas redes regulares de ensino – independente de ser municipal ou estadual – há um (a) funcionário (a), denominado (a) cuidador ou cuidadora, que realiza o trabalho de Atividade de Vida Diária (AVD) com estas crianças nos ambientes externos da sala de aula, seja este de alimentação, locomoção ou higiene pessoal.

A partir disso, trago uma breve discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), suas orientações sobre o cuidado com o corpo na educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais e por fim, alguns apontamentos sobre como a escola pode contribuir para que a criança com deficiência aprenda sobre os cuidados necessários para a manutenção da sua saúde.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o relatório médico expedido no ano de 2021, a criança se enquadrava nos CID 10: G40 – Epilepsia; F70.1 – retardo mental leve (comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento); F71.1 – retardo mental moderado (comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento); F92.9 – transtorno misto da conduta e das emoções não especificado. Observou-se que, no próprio laudo médico há duas especificações voltadas à sua deficiência intelectual, sendo uma leve e outra moderada de um mesmo tipo de deficiência, caracterizando sua deficiência como retardo leve a moderado. Outro ponto que chama a atenção é que o CID 10 - F92.9 é caracterizado por comportamento agressivo, provocador e se associa à depressão, ansiedade e outros transtornos emocionais. Para um possível diagnóstico, o transtorno deve estar

associado aos critérios de um transtorno de conduta da infância, como o F91 e de um transtorno emocional da infância, como o F93, porém a criança não possui nenhum destes CIDs em seu relatório médico.

Em seu relatório, as observações realizadas foram:

> "[...] É portador de epilepsia associada à deficiência mental leve a moderada, o que a limita no aprendizado e na realização de todas as atividades de vida diária (não sabe tomar banho sozinha, não se limpa após evacuar, não entende ordens complexas, não é alfabetizada, tem comportamentos inadequados do esperado para a idade e regras sociais, é dependente de um adulto em tempo integral) (PRONTUÁRIO DO ESTUDANTE, 2021).

No trecho acima, me inquieta a forma que a neuropediatra se referiu à deficiência como fator determinante e limitador da aprendizagem da criança, bem como em adquirir independência nas Atividades de Vida Diária. Segundo Diniz (2007), na perspectiva médica, a deficiência é tratada como uma consequência em decorrência da lesão – enquanto desvantagem natural e indesejada de um corpo e, portanto, esta pessoa ficaria sob os cuidados biomédicos que reabilitavam ou medicalizavam estas pessoas, de modo a torná-las mais próxima do padrão possível da normalidade. No relatório mencionado, dá-se a compreensão de que a profissional que a acompanha tem como concepção a de que o sujeito é colocado em segundo plano e sua deficiência é colocada acima deste, definindo o que a criança poderá ou não aprender ao descrever quais são suas limitações de forma reducionista biológica. Porém, a criança é um ser em desenvolvimento, ou seja, um ser cultural, entendendo - se a cultura como resultado das produções da atividade humana (SIRGADO, 2000) e histórica por fazer parte da história construída pela humanidade – filogênese – e que produz sua própria história, à medida que se relaciona com os outros e com o mundo ao seu redor – ontogênese (VIGOTSKI, 2019). Segundo Stetsenko e Selau (2018), a concepção de Vygotsky sobre a deficiência é contrária à visão deficitária da deficiência, já que quando uma criança tem seu desenvolvimento impedido por alguma deficiência, ela não é menos desenvolvida, mas se desenvolve de maneira diferente das outras. Ressalta-se que, quando colocamos a deficiência sobre a pessoa, desconsideramos todas as reais possibilidades que necessita para se desenvolver, além de desprezar sua existência enquanto sujeito histórico e cultural.

Sobre a afirmação de que todas as pessoas são capazes de aprender, dada a sua plasticidade cerebral, tendo o cérebro como um instrumento para a realização de atividades dirigidas e desenvolvido a partir da interação e colaboração com outros sujeitos e mediado pelas ferramentas de cultura (STETSENKO e SELAU, 2018), busco compreender como a questão do cuidado ao corpo é abordada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, (2018) nas modalidades da educação infantil e ensino fundamental, anos iniciais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Para dar sequência a este relato e realizar seus breves desdobramentos sobre a temática aqui tratada, é importante salientar alguns conceitos que a BNCC (2018) nos traz sobre a relação da criança com o corpo, que inicia desde seu nascimento e perpassa toda a vida do estudante, que se dá por meio das variações que ocorrem à medida do seu desenvolvimento e vida escolar. Também, como papel da escola, destaca-se a abordagem do conteúdo produzido historicamente pela humanidade e a forma como são tratados no documento orientador aqui abordado. Nos atentaremos à Educação Infantil e Ensino Fundamental I (anos iniciais), modalidade de ensino na qual a criança estava matriculada.

A Base Nacional Comum Curricular define as aprendizagens essenciais que todos os alunos têm o direito de adquirir ao longo da educação básica. Está orientada pelos princípios éticos, estéticos e políticos que visam a formação humana em suas múltiplas dimensões, assim como a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018). Possui como premissa, a educação integral do educando, cujos objetivos visam o pleno desenvolvimento do estudante, seu crescimento como cidadão e sua qualificação para o trabalho. As aprendizagens essenciais da BNCC estão expressas em 10 competências gerais, que definem o cidadão que a escola pretende formar e orientam a educação para todos.

Ao longo da BNCC, observa-se que a percepção do sujeito, enquanto ser único, de respeito, de possibilidades e de cuidados, é iniciada desde a primeira infância – sobre a premissa do cuidar e educar - é preconizada nos Campos de Experiências “O EU, o Outro e o Nós” e no “Corpo, Gestos e Movimentos” (BRASIL, 2018). No segundo campo, nesta faixa etária a criança participa dos cuidados do seu corpo e da promoção do seu bem-estar. Nas

etapas seguintes da Educação Infantil - crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses e 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 a 5 anos e 11 meses) – reforçam-se os cuidados por meio da progressiva independência no cuidado com o próprio corpo e a adoção de hábitos relacionada à higiene, alimentação, conforto e aparência (BRASIL, 2018).

No Ensino Fundamental, anos iniciais, por meio das Ciências da Natureza e outras áreas, os alunos têm acesso à aprendizagem do que foi produzido pela humanidade por meio de momentos de investigação. Observação, raciocínio e criação para compreender o mundo natural e tecnológico, seu corpo e bem estar são organizados em três módulos que se complementam, como: a Unidade Temática, Objetos do Conhecimento e Habilidades, esta última organizada por códigos, cada qual correspondente a uma temática especifica. Nos 1° e 2° anos do ensino fundamental, observa-se que ocorre uma extensão da educação infantil sobre os cuidados com o próprio corpo, voltada à questão da higiene pessoal como fator central e na prevenção de acidentes. No 3° ano, o tema tratado é referente ao cuidado da saúde auditiva e visual, considerando as condições do ambiente, como a exposição ao som e à luz (BRASIL, 2018).

Nos 4° ano, o cuidado com o corpo traz noções de prevenção de doenças, bem como formas de transmissão de microrganismos e, no 5° ano a temática é tratada a partir de questões de saúde voltadas à alimentação e cuidados com os distúrbios alimentares. Observa-se que, ao longo da educação infantil e ensino fundamental, os cuidados com o corpo perpassam os cuidados concretos do dia a dia até a aquisição do conhecimento sobre assuntos mais abstratos, como os microorganismos e composição dos nutrientes de um alimento. Segundo Rego (1995), os elementos e símbolos, bem como os demais elementos que são impregnados de significado cultural – desenvolvimento cultural - são mediadores da relação do sujeito com o mundo e também fornecem mecanismos psicológicos e modos de agir no mundo e, portanto, “o aprendizado é considerado, assim, um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores” (REGO, 1995, p. 71).

Mas, como ensinar os cuidados com o corpo para uma criança com deficiência? Enquanto orientadora pedagógica, houve a reflexão com a professora do Ensino Regular e com a professora da SRM, cujo objetivo pautou-se em orientar os olhares pedagógicos

voltados às questões do cuidado com o próprio corpo desta criança em si.

Assim como uma criança sem deficiência, um estudante que possui deficiência também tem o direito de estar inserido em todas as práticas pedagógicas no espaço escolar e, portanto, Dainez (2014) ressalta que Vigotski (1997) afirma que a escola não pode ser um espaço voltado ao auxílio, complementação de uma carência que pode ser de origem orgânica ou cultural, "[...] mas é a produção de uma ação que torna possíveis novas formas de participação da pessoa na sociedade" (DAINEZ e SMOLKA, 2014, p. 1097). Para tanto, como metodologia da educação social, Vigotski traz a compensação social que

> "[...] é a inserção da pessoa com deficiência na vida laboral, nos diferentes espaços de atividades do cotidiano [...] em defesa de uma instrução orientada para o potencial de desenvolvimento das funções humanas complexas (atenção voluntária e orientada, memória mediada, percepção verbalizada, trabalho de imaginação, pensamento generalizado, nomeação e conceptualização do mundo) (DAINEZ e SMOLKA, 2014, p. 1097).

Como orientadora, foi tratado que é essencial que a escola tenha como objetivo a realização plena do potencial social e considere este como um objetivo real e definido e "[...] horizontes se abrirão aos pedagogos, quando eles reconhecerem que um defeito não é apenas uma desvantagem, um déficit ou fraqueza, mas também uma vantagem, uma fonte de força e capacidade, que eles têm significância positiva" (STETSENKO e SELAU, 2018, p. 316). Por fim, para a criança com deficiência aprender, de fato, sobre os cuidados com o próprio corpo, a escola deve estar organizada de modo a atender as especificidades deste aluno desde a primeira infância por meio de práticas acolhedoras, eficazes, contínuas e não fragmentadas e que sejam mediadas por instrumentos que sejam capazes de contemplar o desenvolvimento social e cultural da criança para garantir que suas vivências sejam dignas para se autocuidar, para conviver e se colocar enquanto sujeito no meio em que está inserida.

CONCLUSÕES

Trabalhar em espaços em que a criança com deficiência, muitas vezes, não é vista como um sujeito histórico e que faz parte da história, é complexo e delicado, pois muitas vezes nos deparamos com concepções errôneas e grotescas sobre a educação destas pessoas, o

que pode ser um reflexo da forma como foi constituída no país. Embora haja muitos estudos na área sobre a temática, há o sentimento de que os mesmos não chegam aos espaços escolares como deveriam, pois é comum ouvir discursos ultrapassados ou que descaracterizam a criança com deficiência como um sujeito capaz de se desenvolver mediante práticas e instrumentos mediadores adequados e significativos para a criança.

O cuidado com o corpo, embora esteja presente desde o nascimento da criança, chamou a atenção por ser algo "comum" e presente na educação desde a primeira infância. Mas por que uma criança com deficiência ainda não aprendeu a se cuidar? A escola errou ao negligenciar isso com a criança? A escola foi capacitista e reducionista ao invés de ensinar, fazer o básico pela criança? A criança ainda não está em seu "tempo de aprender" sobre tais cuidados? Estas são algumas inquietações, além da que tentei trazer neste trabalho. Ainda penso que, enquanto educadores, ainda temos muito o que aprender sobre a educação da pessoa com deficiência e tentei, por meio deste trabalho, realizar uma reflexão sobre como Vigotski pode contribuir com a formação destas crianças, a partir de suas concepções sobre como somos constituídos enquanto sujeitos.

REFERÊNCIAS

BBC. **Borboletas de Zagorsk.** 1992, [56m35s]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KxEaHMxi7wE. Acesso em: 13/09/21.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

DAINEZ, D. SMOLKA, A, L, B**. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler:** desenvolvimento humano, educação e deficiência. Educação Pesquisa, São Paulo, vol. 40, p. 1093-1108, out./dez. 2014.

DINIZ, D. **O que é Deficiência.** 1° Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

REGO, T.C. **Vygotsky, uma perspectiva histórico cultural da educação.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

SIRGADO, A.P. **O social e o cultural na obra de Vigotski.** Educação & Sociedade, ano XXI, n.71, p.45-78, 2000.

STETSENKO, A.; SELAU, B. **A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos:** mapeando os próximos passos. Educação, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 316-324, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **A defectologia e o estudo sobre o desenvolvimento e a educação da criança anormal**. In._Fundamentos de Defectologia. Tomo V., Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE), revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón, Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019.